

Força de um exemplo

Em um gesto inequivocamente destinado a comprovar que o plano por ele lançado em junho não se perderá no limbo da retórica, o presidente George Bush encaminhou na semana passada ao Congresso um projeto de lei efetivamente inovador nas relações dos Estados Unidos com os países do continente. Como primeiro passo para a integração a mais longo prazo dos mercados das três Américas, Bush propôs a redução de US\$ 7,1 bilhões na dívida de US\$ 48 bilhões dos países da América Latina e do Caribe para com Washington e a instituição de um fundo de US\$ 1,5 bilhão, com a contribuição de outros parceiros, para investimentos na região, a ser administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Temos bem presente que, através do Plano Brady, o governo dos EUA explicitamente aceitou o princípio de que o estoque da dívida externa dos países em desenvolvimento deveria ser sensivelmente diminuído para que eles pudessem retomar o seu processo de crescimento. E, na realidade, a iniciativa endossada pelo secretário do Tesouro, Nicholas Brady, liberou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco

Mundial (BIRD) para negociar acordos com os países devedores, independentemente de entendimentos com os bancos comerciais privados. E o Brasil soube aproveitar-se dessa abertura, como demonstra a carta de intenções dirigida recentemente ao FMI.

Supunha-se, porém, que o processo de redução de dívidas fosse conduzido através de instituições financeiras internacionais e bancos privados, sem participação direta de Washington. O presidente George Bush surpreendeu, demonstrando o alcance de sua visão, ao apresentar uma proposta prática, com números bem definidos, e que terá repercussões concretas nas negociações com o Clube de Paris e com os bancos internacionais.

O desconto proposto é variável de acordo com cada país devedor. No caso específico do Brasil, que deve US\$ 2,2 bilhões ao governo dos EUA, a redução será da ordem de US\$ 750 milhões, ou seja, de 34%. Quanto ao saldo pendente, ele poderá vir a ser convertido em cruzeiros

para investimentos em projetos de desenvolvimento social e de proteção ambiental, se, naturalmente, a proposição for aprovada pelo Congresso americano.

Ora, tendo Washington mostrado tal disposição, em um momento em que arca com um déficit orçamentário de mais de US\$ 200 bilhões e mobiliza forças no Oriente Médio, numa manobra que pode custar alguns bilhões adicionais, mesmo que não ocorra guerra, os governos representados no Clube de Paris ficarão em uma posição difícil para endurecer as negociações com os países devedores. E não se espera que isso ocorra, dadas as posições quanto à dívida do Terceiro Mundo manifestadas, principalmente, pelos governos da França e do Japão.

Para os bancos internacionais privados, a iniciativa do presidente Bush, acompanhada, pelo que se presume, por outros grandes países industrializados, terá a força de um exemplo. Eles vão ter de suavizar os seus termos na

renegociação, aceitando a premissa de que a dívida não pode vir a constituir um constrangimento à expansão das economias dos países do hemisfério e que a maioria destes vem colocando em prática duros programas de ajustamento que devem resultar em novas oportunidades de mercado.

Nessas circunstâncias, é apenas lógico esperar que a participação do FMI e do BIRD — e, tem-se como certo, do Fundo Nakasone — venha a ser intensificada no processo de reestruturação, em novas bases, da dívida junto aos bancos comerciais. O BIRD, que já apóia programas com esse objetivo, tenciona aumentar seus empréstimos para US\$ 21 bilhões a US\$ 23 bilhões no ano fiscal que vai de julho deste ano a junho de 1991, segundo seu relatório anual. Pressupõe-se que boa parte desses recursos seja canalizada para encontrar solução duradoura para um problema que perturba as relações econômicas Norte-Sul desde 1982.

Assim, depois de firmada a carta ao FMI, o Brasil inicia negociações com o Clube de Paris e os bancos credores em condições as mais auspiciosas. Melhores trunfos seriam quase impossíveis.